

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*

# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA



## Relatório de Atividades, Gestão e Contas Ano de 2025



🏠 Rua Emídio Navarro, s/n, Apartado 14, 5300-901 Bragança

☎ +351 273322143 ✉ [geral@scm-braganca.pt](mailto:geral@scm-braganca.pt)

🌐 <https://scm-braganca.pt/>

📘 [Perfil da Santa Casa](#)

📷 [@misericordiabraganca](#)



## ÍNDICE

1 – Órgãos Sociais da Irmandade (Quadriénio: 2024 a 2027) .....	4
2 – Caraterização da Instituição .....	5
3 – Intervenção Social .....	6
4 - Atividades Realizadas .....	7
5 – Modelo Organizacional e de Gestão .....	20
6 – Enquadramento da Evolução da Atividade.....	21
7 – Resultados .....	23
8 - Outras Informações .....	23
9 - Considerações Finais.....	29
10 - Demonstrações Financeiras .....	31

## 1 – Órgãos Sociais da Irmandade (Quadriénio: 2024 a 2027)

### Mesa da Assembleia Geral

- **Presidente:** José Alberto Moutinho Moreno
- **Vice-Presidente:** Pedro Miguel Rodrigues de Oliveira
- **Secretária:** Paula Eduarda Lopes Martins

### Conselho Fiscal

- **Presidente:** Manuel Pereira Sousa
- **Vice-Presidente:** Luísa Margarida Alves Rodrigues
- **Secretário:** José Carlos Taveira
- **Suplentes:** João de Deus Rodrigues

Dinis dos Santos Major Ramos

### Mesa Administrativa

- **Provedor:** José Duarte Fernandes
- **Vice-Provedor:** António José Gonçalves Rodrigues
- **Secretária:** Adriana da Conceição Vilares Angélico
- **Tesoureiro:** Nélio dos Santos Patrício Sousa
- **Vogal:** Ana Sofia Leonardo Ventura Alves
- **Vogal:** António Miguel de Barros Monteiro
- **Vogal:** João Augusto Cides Pinheiro
- **Suplentes:** António José Cepeda

Pe. José Carlos Ambrósio Assunção Martins

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 2 – Caracterização da Instituição

A Santa casa de Misericórdia de Bragança, Instituição Particular de Solidariedade Social, foi fundada por compromisso régio em 6 de julho de 1518.

É uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, sendo também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com o estatuto de Instituição particular de solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

### Missão

Trabalhar para a qualidade de vida da região de Bragança através do desenvolvimento de atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

### Visão

Ser Instituição de referência no apoio e resposta às necessidades e expectativas da comunidade, orientada pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, nomeadamente no apoio social, pedagógico e na promoção da saúde.

### Valores

Centralidade e dignidade da pessoa, solidariedade, transparência, inovação.

Neste âmbito e a fim de dar cumprimento ao Compromisso e Missão, Visão e Valores, a Instituição desenvolve atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

### 3 – Intervenção Social

A Santa Casa de Misericórdia de Bragança tem a sua atividade principal baseada na lei de bases da economia social, na qualidade de instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolvendo a sua ação nas seguintes áreas:

#### Terceira Idade/População Sénior

Apoio às pessoas idosas, através do funcionamento das respostas sociais de Estrutura Residencial Para Idosos:

- **Lar Imaculada Conceição** – Acordo de Cooperação para 71 utentes;
- **Lar Santa Isabel** – Acordo de Cooperação para 61 utentes;
- **Lar Santa Teresa** – Acordo de Cooperação para 41 utentes;
- **Serviço de Apoio Domiciliário** - Acordo de Cooperação para 89 utentes;
- **Centro de Dia** - Acordo de Cooperação para 11 utentes.

#### Infância e Juventude

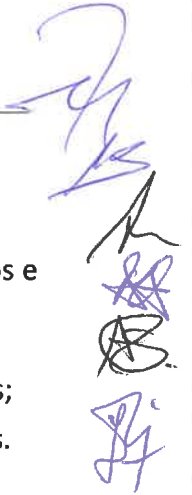
Apoio a Crianças através das respostas sociais Creche e Pré-Escolar, dos equipamentos:

- **Centro Infantil Cinderela** – Acordo de Cooperação para 80 utentes e capacidade para 182 utentes;
- **Centro Infantil da Côxa** - Acordo de Cooperação para utentes 72 e capacidade para 118 utentes;
- **Centro Infantil São João de Deus** - Acordo de Cooperação para 67 utentes e capacidade para 141 utentes.

#### Deficiência

Apoio na área da deficiência do equipamento Centro de Educação Especial, através das respostas sociais:

- **Lar Residencial** - Acordo de Cooperação para 64 utentes;
- **Centro de Atividades e Capacitação Para a Inclusão** - Acordo de Cooperação para 75 utentes.



## Saúde

Apoio na saúde e apoio social no equipamento da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados:

- **Tipologia de Unidade Média Duração e Reabilitação** – Acordo para 34 camas;
- **Tipologia de Unidade Longa Duração e Manutenção** – Acordo para 33 camas.

## Outros Grupos Desfavorecidos

Programa Operacional de Ajuda a Pessoas Mais Carenciadas:

- **Cantina Social:** 28 refeições/dia
- **POAPMC:** 140 beneficiários

## 4 - Atividades Realizadas

Ao longo do ano de 2025, a Santa Casa de Misericórdia de Bragança, promoveu e participou em diversos eventos e atividades que envolveram as suas valências, colaboradores, utentes e a comunidade em geral.

Segue um resumo dos principais eventos organizados por mês:

### Janeiro

- **Cantar as Janeiras:** As crianças percorreram as várias valências da instituição para cantar as Janeiras.



## Fevereiro

- **Dia dos Afetos:** O dia 14 de fevereiro é comemorado como o Dia de São Valentim.



- **Dia do Doente:** celebra-se anualmente a **11 de fevereiro**. Esta data foi instituída em 1992 pelo Papa João Paulo II para sensibilizar a sociedade para a necessidade de apoiar e cuidar dos doentes, bem como dos seus cuidadores



- **Santa Unção:** é um dos sete sacramentos da Igreja Católica destinado a confortar, fortalecer e unir a Cristo os fiéis doentes e idosos.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Março

- **Workshops de Culinária** : atividade animação sociocultural, focada na promoção do envelhecimento ativo, estimulação cognitiva e socialização.



- **Dia do Pai: 19 de março**



- **Oficinas Parentais**: atividade desenvolvida pelos pais das nossas crianças.



Abril

Semana Santa

- Admissão de novos Irmãos



- Concerto Semana Santa



- Enterro do Senhor e Via Sacra: celebrações da Sexta-Feira Santa em Portugal, que evocam a paixão, morte e sepultura de Jesus Cristo.



## Maio

- **Atividades diversas**



- **Dia de Nossa Senhora da Misericórdia e Dia do Irmão da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança: Celebrações religiosas e comunitárias.**



Junho

- Dia da criança



- Festas de Final de Ano nos Centros Infantis: Encerramento do ano letivo com atividades festivas.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- **Festa de São João**



**Julho**

- **Aniversário da Santa Casa da Misericórdia de Bragança: Celebração do aniversário da instituição.**



• **Dia dos Avós**



**Agosto**

- **Dia da família:** Promoção da proximidade e do envolvimento das famílias no contexto das respostas sociais.



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- **Nossa Senhora das Graças:** As festividades, que honram a padroeira da cidade, ocorrem no dia 22 de agosto



- **Apresentação do livro de Histórias e Memórias de uma Vida de Aprendizagem no âmbito do Projeto ERASMUS LLND**



### Setembro

- **Aniversário/Congresso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados:** Celebração do aniversário da UCCI com atividades especiais.



• **Início do ano escolar**



**Outubro**

- **Outubro Rosa: Campanha de sensibilização para a prevenção do cancro da mama.**



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- **Dia Internacional do Idoso: Celebração dedicada aos utentes seniores da instituição.**



- **Atividades Diversas**



Novembro

- Atividades diversas



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Dezembro

- **Exposição “Assinatura e Identidade”** – iniciativa promovida pelo CEE, é um manifesto pela participação plena e pela visibilidade de cada cidadão numa sociedade que queremos cada vez mais inclusiva.



- **Festas e Ceia de Natal dos Utentes:** Celebrações natalícias com os utentes de todas as valências.





## 5 – Modelo Organizacional e de Gestão

O modelo organizacional e de gestão da Santa Casa de Misericórdia de Bragança, assenta, fundamentalmente, na sua Missão, descrita nos seus estatutos, e em mobilizar e articular eficazmente todos os recursos da instituição na prossecução do cumprimento da sua Missão pois como em qualquer organização a responsabilidade terá sempre de ser assumida para o bem e para o mal por quem manda e aqui esse papel cabe aos membros da Mesa Administrativa.

Do cumprimento da Missão resulta toda a estratégia de desenvolvimento e implementação das políticas, medidas e objetivos a atingir, através da elaboração de planos estratégicos plurianuais e planos de atividades anuais, com as ações devidamente identificadas e quantificadas na demonstração de resultados anuais.

Todas as ações foram periodicamente avaliadas e sempre que necessário, em reuniões entre a Mesa Administrativa e as Chefias Intermédias de cada setor.

As Direções encontram - se mais próximas dos intervenientes / agentes da concretização estratégica definida, são peças chave em todo o processo de gestão da instituição. Estando perto destes agentes, estão perto dos desafios / constrangimentos.

Durante o ano de 2025, a gestão da instituição foi realizada através de 4 momentos:

- 1 – Planear;
- 2 – Implementar;
- 3 – Avaliar / Monitorizar;
- 4 - Corrigir.

Em todos estes momentos, as chefias são chamadas a colaborar e participar, para em conjunto com a Mesa Administrativa, delinear estratégias e implementar ações corretivas de melhoria contínua, que conduz ao posicionamento da instituição na região e à imagem positiva da prestação de serviços em todas as áreas, que fazem parte da Santa Casa de Misericórdia de Bragança, uma referência a nível regional de Bem-Fazer.

## 6 – Enquadramento da Evolução da Atividade

Este relatório detalha as ações e desafios enfrentados pela instituição no 2025, um ano marcado por crises globais. Destacam-se os seguintes pontos:

### Contexto e Desafios:

- **Crises Globais:** A guerra na Ucrânia, a inflação e o aumento das taxas de juro impactam severamente o setor social.
- **Envelhecimento da População:** O aumento da esperança média de vida e o envelhecimento da população criam novos desafios, especialmente na área da saúde mental e dependências.
- **Sustentabilidade:** A sustentabilidade da instituição é vista como fundamental para cumprir sua missão.

### Ações e implementações:

- ◆ **Formação Contínua:** Foram realizadas ações de formação para os colaboradores em áreas como cálculo de comparticipações, RVCC (Técnico Auxiliar de Saúde), Higiene e Segurança no trabalho, recursos humanos e saúde.
- ◆ **Avaliação de Desempenho:** Implementação do processo de avaliação de desempenho para todos os setores.
- ◆ **Reestruturação de Procedimentos:** Os procedimentos de aquisição, armazenamento e distribuição de produtos e materiais de consumo foram reestruturados.
- ◆ **Melhoria das Infraestruturas:** Estão em curso obras de conservação e requalificação e alargamento do Centro Infantil Cinderela, no âmbito do PRR.
- ◆ **Apoio ao Equilíbrio Financeiro:** A instituição celebrou um contrato de factoring com uma entidade bancária de forma de apoiar o equilíbrio financeiro.
- ◆ **Análise SWOT:** Uma análise SWOT foi realizada para identificar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades da organização.

**Análise SWOT detalhada:**

<b>Pontos Fortes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Experiência acumulada.</li><li>– Formação contínua dos recursos humanos.</li><li>– Colaboradores competentes e polivalentes.</li><li>– Recursos humanos especializados.</li><li>– Equipamentos bem localizados.</li><li>– Serviços abrangendo o concelho de Bragança.</li></ul>	<b>Pontos Fracos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Média de idade elevada dos recursos humanos.</li><li>– Necessidade de requalificação de equipamentos.</li><li>– Grande dependência do financiamento Estatal.</li></ul>
<b>Ameaças:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Inflação e taxas de juro.</li><li>– Efeitos da guerra na Ucrânia</li><li>– Diminuição da taxa de natalidade.</li><li>– Concorrência de outras entidades.</li><li>– Dificuldades financeiras das famílias.</li><li>– Medidas governamentais desfavoráveis.</li></ul>	<b>Oportunidades:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Diversificação de serviços;</li><li>– Recursos humanos mais especializados;</li><li>– Estabelecimento de parcerias;</li><li>– Utilização de novas tecnologias de informação.</li><li>– Envelhecimento da população e desertificação.</li></ul>

## 7 – Resultados

O exercício de 2025 encerrou com um Resultado Líquido Positivo, reflexo de uma estratégia de gestão centrada na sustentabilidade financeira e no rigor operacional. Para alcançar este equilíbrio, a Mesa Administrativa assentou a sua gestão nas seguintes premissas orientadoras:

### — Ao nível dos recursos Humanos:

Não proceder a mais contratações, a não ser em casos imprescindíveis ou por imposição da tutela e, sempre que possível, com recurso aos colaboradores internos;

Não substituição dos colaboradores que se aposentaram no ano de 2025 (e seguintes), exceto em casos devidamente fundamentados e de vital importância para o normal funcionamento da instituição, e sempre que possível com recurso a colaboradores internos;

- N.º Funcionários (média 2025) – 337

- N.º Funcionários (média 2024) – 342

### — Fornecedores

Continuação da renegociação de contratos de aquisição de bens e serviços, nomeadamente, géneros alimentares, eletricidade e combustíveis (gás natural).


### — Subsídios e Apoios:

O exercício registou ainda um reforço na atribuição de subsídios, fator que, aliado à revisão dos acordos, consolidou a viabilidade económica das nossas respostas sociais.

## 8. Análise Complementar ao Relatório e Contas – Exercício 2025

### 8.1. Principais Indicadores de Gestão e Rácios Financeiros 2024–2025

Ao longo do exercício de 2025, observou-se uma evolução significativa nos principais indicadores económicos e financeiros da Instituição, evidenciando uma trajetória de estabilização, consolidação e recuperação. A análise comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025 demonstra que a Santa Casa da Misericórdia de Bragança reforçou a sua



resiliência organizacional, ao mesmo tempo que adotou práticas de gestão mais rigorosas e alinhadas com os desafios presentes. A redução do número médio de colaboradores, que passou de 342 em 2024 para 337 em 2025, resultou não apenas de uma política de contenção de custos, mas também de uma reorganização interna que permitiu manter a capacidade operacional sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Esta diminuição refletiu-se numa redução objetiva dos gastos com pessoal, verificando-se um decréscimo significativo de encargos salariais e dos correspondentes encargos sociais.

Paralelamente, a Instituição demonstrou maior eficiência na gestão das suas responsabilidades perante fornecedores. O montante global de dívida corrente reduziu-se de forma expressiva, verificando-se uma diminuição de aproximadamente trezentos mil euros entre 2024 e 2025. Esta melhoria não resulta apenas do pagamento direto de passivos, mas de uma política concertada de negociação, regularização e acompanhamento sistemático das responsabilidades contratuais, permitindo encurtar prazos médios de pagamento e reduzir a pressão financeira sobre a tesouraria. Esta evolução foi acompanhada por uma estabilização no prazo médio de recebimentos, ainda que suportado parcialmente pela utilização de instrumentos financeiros como o factoring. Tal instrumento continuou a ser essencial para assegurar níveis adequados de liquidez, sobretudo no âmbito dos créditos a receber da Unidade de Cuidados Continuados, garantindo uma antecipação de receitas crucial para o equilíbrio de tesouraria.

O conjunto destes fatores demonstra não apenas uma gestão atenta, mas uma verdadeira mudança estrutural, assente na procura de maior eficiência e sustentabilidade, preparando a Instituição para enfrentar os desafios dos exercícios seguintes.

## **8.2. Alterações na Demonstração dos Resultados e Impacto da FAQ 39**

O exercício de 2025 ficou igualmente marcado por uma alteração normativa relevante, com impacto direto na comparabilidade das demonstrações financeiras face ao exercício anterior. A aplicação da FAQ n.º 39 da Comissão de Normalização Contabilística determinou que as comparticipações recebidas no âmbito dos Acordos de Cooperação deixassem de ser reconhecidas como subsídios à exploração, passando a integrar a rubrica de prestação de serviços. Esta alteração, embora meramente contabilística,

traduz uma mudança substancial na estrutura da Demonstração dos Resultados, produzindo efeitos notórios nas rubricas de rendimentos.

Assim, o valor correspondente às participações da Segurança Social e de outras entidades públicas, anteriormente registado como subsídio, surge agora registado como rendimento decorrente da prestação de serviços, refletindo de forma mais adequada a natureza das operações da Instituição. Esta reclassificação produziu um aumento expressivo na rubrica de prestação de serviços, que passa a concentrar a maior parte das receitas da Instituição, ao passo que os subsídios à exploração apresentam uma redução significativa. Importa, por isso, explicitar que tais variações não traduzem um crescimento real da atividade ou uma redução efetiva dos apoios recebidos, mas sim os efeitos contabilísticos da atualização normativa. Esta clarificação é fundamental para a interpretação correta da evolução financeira da Instituição e deverá ser tida em consideração em qualquer análise comparativa futura.

### 8.3. Principais Investimentos em Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2025, a Santa Casa continuou a investir de forma estratégica na melhoria das suas infraestruturas, equipamentos e condições de prestação de serviços. Entre os investimentos concretizados, destacam-se os associados ao Plano de Recuperação e Resiliência, com especial relevo para a obra de requalificação e expansão do Centro Infantil Cinderela, cujo montante investido refletiu um esforço claro de modernização e alargamento da capacidade de resposta. No mesmo sentido, avançou-se com a instalação de sistemas de segurança e combate a incêndios nos diferentes lares da Instituição, reforçando as condições de segurança e adequação às normas legais vigentes.

Foram igualmente adquiridos equipamentos essenciais ao funcionamento diário das valências, nomeadamente viaturas, equipamentos administrativos e dispositivos especializados, reforçando tanto a mobilidade institucional como a capacidade técnica dos serviços. A Instituição continuou, assim, a apostar em investimentos estruturantes, que contribuem para o aumento da eficiência operacional e asseguram que as respostas sociais mantêm padrões de qualidade elevados.

Tabela – Investimentos Realizados em 2025

7

Descrição	Valor
Investimentos Totais	211 386 €
Requalificação CI Cinderela (PRR)	130 802 €
Sistemas de Incêndio	13 648 €
Carrinha elétrica	55 834 €
Outros	11 102 €

#### 8.4. Outras Informações Gerais

A atividade desenvolvida ao longo do exercício centrou-se essencialmente na prossecução da missão institucional, orientada para a gestão quotidiana das várias valências que compõem a Santa Casa. Mantiveram-se os princípios de boa gestão e otimização de recursos, garantindo que todas as áreas de intervenção — infância, terceira idade, deficiência, saúde e apoio social — dispuseram dos meios necessários para assegurar o cumprimento das suas funções.

**8.4.1 - As políticas de gestão adotadas ao nível da gestão dos riscos financeiros são os seguintes:**

**a) Risco de Crédito:**

**a1) Créditos sobre Clientes e Utentes -** O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes e Utentes, relacionados com a atividade operacional. O

principal objetivo da gestão de risco de crédito, e garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais em conformidade com as condições existentes. De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Instituição tem implementado procedimentos de gestão, e acompanha a evolução dos mesmos, monitorizando a exposição efetiva, recorrendo, ainda, quando necessário, aos meios legais disponíveis para a sua recuperação de crédito;

a2) Outros Ativos Financeiros para além de Créditos sobre Clientes – Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Entidade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com rating mínimo de Investment Grade. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

**b) Risco de Mercado:**

b1) **Risco de Taxas de juro** – em resultado da existência de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Entidade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação da mesma. Como regra geral a Entidade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro;

b2) **Riscos de Taxa de Câmbio** – a entidade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio. O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash-flows denominados em divisa que não a divisa funcional de Entidade. Também como regra, sempre que possível e economicamente viável, a Entidade procura compensar os cash-flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

**c) Risco de Liquidez:**

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Entidade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades, implementar a sua estratégia, e comprimir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;

Diversificação de fontes de financiamento;

Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,

Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

Em suma, no que respeita aos riscos financeiros, não se identificaram exposições relevantes que comprometessem a estabilidade da Instituição. As operações de financiamento existentes enquadram-se na normalidade da atividade e são acompanhadas de forma contínua, não havendo sinais de risco que possam colocar em causa a continuidade operacional.

8.4.2 - No âmbito das questões ambientais, a Instituição cumpre rigorosamente todas as normas e requisitos legais aplicáveis quanto à separação e envio para reciclagem de todos os resíduos produzidos na Entidade, não se encontrando identificadas responsabilidades ambientais que possam condicionar o futuro da atividade, sendo preocupação da Mesa Administrativa respeitar integralmente as directivas/normativos existentes quanto a esta matéria.

8.4.3 - Adicionalmente, a Mesa Administrativa declara que:

A Instituição não detém participações noutras entidades;

Não se registaram, ao longo do exercício de 2025, quaisquer operações ou negócios entre a Instituição e os membros dos seus órgãos sociais;

Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao encerramento das contas que devam ser objeto de registo e/ou relato adicional, para além dos que constam nos documentos preparado;

Não existem dívidas em mora perante o Estado ou Outros Entes Públicos, encontrando-se regularizados todos os planos prestacionais em curso;

As políticas implementadas e os controlos reforçados começam a produzir resultados visíveis, sendo convicção firme da Mesa Administrativa que a continuidade das atividades está plenamente assegurada, e que os sinais de recuperação evidenciados constituem base sólida para o futuro da Instituição;

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão nesta data.

#### **8.4.4 - Proposta de Aplicação de Resultados**

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do período no montante de 466 482,19 € seja transferido para Resultados Transitados.

A Mesa Administrativa agradece a todos os colaboradores, pela dedicação e esforço diário que permitem manter a qualidade do nosso serviço, e aos nossos fornecedores, pelo espírito de parceria e colaboração demonstrado ao longo de todo o ano

#### **9 - Considerações Finais**

O presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025 reflete um compromisso constante da Mesa Administrativa com a sustentabilidade e a longevidade da nossa Instituição. Num ano marcado por desafios económicos globais e pressões sociais crescentes, a nossa gestão pautou-se pelo rigor financeiro e pela visão estratégica.

Ao longo de 2025 priorizámos a otimização de recursos, garantindo que o equilíbrio das contas nunca compromettesse o cuidado humano que nos define. A manutenção da qualidade nos serviços prestados e a aposta na melhoria contínua foram as bases que nos permitiram superar as exigências das nossas diversas respostas sociais.

Concluímos este exercício com a convicção de que fomos capazes de responder às expectativas dos nossos utentes e colaboradores. Mais do que assegurar o funcionamento diário, trabalhámos para fortalecer o impacto da Santa Casa na comunidade, garantindo que esta permanece um porto seguro e uma referência de solidariedade e confiança para todos.

Santa Casa de Misericórdia de Bragança, 09 de março de 2026.

#### A Mesa Administrativa

Juiz Diretor Administrativo  
António José Gonçalves  
Secretaria da Conceição Vitorino  
Área Social de 3.ª Linha  
Área Social de 2.ª Linha  
Área Social de 1.ª Linha  
Área Social de 0.ª Linha  
Área Social de 4.ª Linha  
Área Social de 5.ª Linha  
Área Social de 6.ª Linha  
Área Social de 7.ª Linha  
Área Social de 8.ª Linha  
Área Social de 9.ª Linha  
Área Social de 10.ª Linha  
Área Social de 11.ª Linha  
Área Social de 12.ª Linha  
Área Social de 13.ª Linha  
Área Social de 14.ª Linha  
Área Social de 15.ª Linha  
Área Social de 16.ª Linha  
Área Social de 17.ª Linha  
Área Social de 18.ª Linha  
Área Social de 19.ª Linha  
Área Social de 20.ª Linha  
Área Social de 21.ª Linha  
Área Social de 22.ª Linha  
Área Social de 23.ª Linha  
Área Social de 24.ª Linha  
Área Social de 25.ª Linha  
Área Social de 26.ª Linha  
Área Social de 27.ª Linha  
Área Social de 28.ª Linha  
Área Social de 29.ª Linha  
Área Social de 30.ª Linha  
Área Social de 31.ª Linha  
Área Social de 32.ª Linha  
Área Social de 33.ª Linha  
Área Social de 34.ª Linha  
Área Social de 35.ª Linha  
Área Social de 36.ª Linha  
Área Social de 37.ª Linha  
Área Social de 38.ª Linha  
Área Social de 39.ª Linha  
Área Social de 40.ª Linha  
Área Social de 41.ª Linha  
Área Social de 42.ª Linha  
Área Social de 43.ª Linha  
Área Social de 44.ª Linha  
Área Social de 45.ª Linha  
Área Social de 46.ª Linha  
Área Social de 47.ª Linha  
Área Social de 48.ª Linha  
Área Social de 49.ª Linha  
Área Social de 50.ª Linha  
Área Social de 51.ª Linha  
Área Social de 52.ª Linha  
Área Social de 53.ª Linha  
Área Social de 54.ª Linha  
Área Social de 55.ª Linha  
Área Social de 56.ª Linha  
Área Social de 57.ª Linha  
Área Social de 58.ª Linha  
Área Social de 59.ª Linha  
Área Social de 60.ª Linha  
Área Social de 61.ª Linha  
Área Social de 62.ª Linha  
Área Social de 63.ª Linha  
Área Social de 64.ª Linha  
Área Social de 65.ª Linha  
Área Social de 66.ª Linha  
Área Social de 67.ª Linha  
Área Social de 68.ª Linha  
Área Social de 69.ª Linha  
Área Social de 70.ª Linha  
Área Social de 71.ª Linha  
Área Social de 72.ª Linha  
Área Social de 73.ª Linha  
Área Social de 74.ª Linha  
Área Social de 75.ª Linha  
Área Social de 76.ª Linha  
Área Social de 77.ª Linha  
Área Social de 78.ª Linha  
Área Social de 79.ª Linha  
Área Social de 80.ª Linha  
Área Social de 81.ª Linha  
Área Social de 82.ª Linha  
Área Social de 83.ª Linha  
Área Social de 84.ª Linha  
Área Social de 85.ª Linha  
Área Social de 86.ª Linha  
Área Social de 87.ª Linha  
Área Social de 88.ª Linha  
Área Social de 89.ª Linha  
Área Social de 90.ª Linha  
Área Social de 91.ª Linha  
Área Social de 92.ª Linha  
Área Social de 93.ª Linha  
Área Social de 94.ª Linha  
Área Social de 95.ª Linha  
Área Social de 96.ª Linha  
Área Social de 97.ª Linha  
Área Social de 98.ª Linha  
Área Social de 99.ª Linha  
Área Social de 100.ª Linha



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

Montantes expressos em Euros

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	14	9 646 195.76	2 392 908.45
Subsídios, doações e legados à exploração	15	54 253.51	6 498 008.14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-862 166.79	-908 577.94
Fornecimentos e serviços externos	16	-918 330.25	-992 344.84
Gastos com o pessoal	17	-6 774 541.67	-6 872 415.14
Imparidades(perdas e reversões)	7	-171 829.11	-189 687.42
Aumentos/reduções de justo valor		2 941.82	0.00
Outros rendimentos	18	146 404.18	130 734.20
Outros gastos	19	-27 925.62	-28 621.27
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 095 001.83</b>	<b>30 004.18</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-444 587.55	-439 012.63
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>650 414.28</b>	<b>-409 008.45</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		89.37	0.00
Juros e gastos similares suportados	20	-184 021.46	-254 529.91
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>466 482.19</b>	<b>-663 538.36</b>
Imposto sobre o Rendimento do Período		0.00	0.00
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>466 482.19</b>	<b>-663 538.36</b>

Bragança, 09 de março de 2025

Contabilista Certificado,  
Membro nº 89124

*Alf. Mendes*

Mesa Administrativa,

*José Duarte Ferreira*  
*António José Gonçalves*  
*José Augusto Azevedo Ribeiro*  
*Ana Sofia Leonardo Ventura*  
*António Manuel de Sousa Monteiro*  
*Delegado da Comissão de Contas*





## BALANÇO

Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos Fixos Tangíveis	5	10 059 179.68	10 176 996.40
Activos Intangíveis	5	884 615.36	999 999.98
Outros créditos e ativos não Correntes		37 576.97	34 635.15
		<b>10 981 372.01</b>	<b>11 211 631.53</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	84 636.06	78 569.17
<b>Créditos a Receber</b>			
Clientes/Utentes/Arrendatários	7	405 778.82	500 505.20
Adiantamento a Fornecedores	7	7 250.31	3 029.51
Estado e outros entes públicos	13	6 723.15	18 416.65
Irmãos	7	3 372.00	7 712.00
Outras contas a receber	7	1 430 366.65	841 432.64
Diferimentos	8	34 121.18	22 213.11
Caixa e Depósitos Bancários	7	122 034.88	104 773.11
		<b>2 094 283.05</b>	<b>1 576 651.39</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>13 075 655.06</b>	<b>12 788 282.92</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		1 569 642.64	1 569 642.64
Resultados transitados		-6 914 305.50	-6 531 266.87
Excedentes de Revalorização		6 946 574.43	7 227 074.16
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	3 378 094.51	2 743 077.35
		<b>4 980 006.08</b>	<b>5 008 527.28</b>
Resultado líquido do período		466 482.19	-663 538.36
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS</b>	9	<b>5 446 488.27</b>	<b>4 344 988.92</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos Obtidos	11	2 318 214.76	2 627 729.10
		<b>2 318 214.76</b>	<b>2 627 729.10</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	1 664 494.73	1 971 452.64
Estado e outros entes públicos	13	719 569.87	774 388.60
Financiamentos Obtidos	11	574 723.64	798 163.09
Diferimentos	12	113 879.86	145 446.78
Outros Passivos Correntes	11	2 238 283.93	2 126 113.79
		<b>5 310 952.03</b>	<b>5 815 564.90</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>7 629 166.79</b>	<b>8 443 294.00</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<b>13 075 655.06</b>	<b>12 788 282.92</b>

Bragança, 09 de março de 2025

Contabilista Certificado,

Membro nº 89124

*Alfonso*

Mesa Administrativa,

*João António Soares*  
*João António Soares*  
*Luís António Soares*  
*António Augusto Soares*  
*Adriano da Conceição Soares*





**Demonstração dos Fluxos de Caixa Periódica**  
Período Findo em 31 de Dezembro de 2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		9 596 092.25	2 891 154.36
Recebimentos de Subsídios		37 424.25	5 727 492.79
Pagamentos de subsídios		-41 648.00	0.00
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		-2 232 106.80	-1 787 611.10
Pagamentos ao pessoal		-6 626 710.22	-6 732 338.90
Caixa gerada pelas operações		733 051.48	98 697.15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		95 611.63	109 881.83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		828 663.11	208 578.98
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-272 589.46	-15 531.42
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12 500.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		179 723.50	53 204.57
Juros e rendimentos similares		89.37	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-80 276.59	37 673.15
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	194 647.58
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-532 988.79	-296 856.19
Juros e gastos similares		-198 135.96	-228 407.26
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-731 124.75	-330 615.87
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		17 261.77	-84 363.74
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0.00	0.00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	7	104 773.11	189 136.85
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	7	122 034.88	104 773.11

Bragança, 09 de março de 2026

Contabilista Certificado,  
Membro nº 89124

*Atorrandy*

*Mesa da Comissão de Contas*

*António José Cardoso*

x

Mesa Administrativa,

*António José Cardoso*  
*António José Cardoso*  
*António José Cardoso*  
*António José Cardoso*





Atuando  
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

## Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025

(Montantes expressos em euros)

### 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pessoa coletiva nº 500 843 929, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem a sede na Rua Emídio Navarro em Bragança.

As Respostas que a Santa Casa dispõe atualmente são as seguintes:

- Creche (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Pré-escolar (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Atl Cinderela, (só se encontrou aberto em janeiro);
- Centro de Dia;
- ERPI (Estrutura Residencial para pessoas Idosas): Santa Teresa D'Avila/ Imaculada Conceição/ Santa Isabel;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cantina Social;
- Centro de Educação Especial (CAO e Lar Residencial);
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa Duração Manutenção e Reabilitação/ Média Duração e Reabilitação e Privados);
- Museu Etnográfico Dr. Belmiro Afonso;
- Bairro de Habitação Social Santa Isabel;
- POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

### 3.2 - Ativos fixos tangíveis

#### **3.2.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:**

##### **a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Todas as classes de "Ativos Fixos Tangíveis" à exceção dos edifícios e Outras Construções, encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A classe dos Edifícios e Outras Construções foi sujeita a uma avaliação imobiliária, efetuada de acordo com a NCRF 7 por um avaliador devidamente qualificado e inscrito na CMVM (Engenheira Joana Andrade, datada a 30 de dezembro de 2022). O método utilizado na avaliação foi o do justo valor, partindo do custo de reconstrução e deduzindo o estado de depreciação/desgaste em que os bens se encontravam. Nesta reavaliação, chegou – se a um período de vida útil diferente daquele que estava a ser considerado para efeitos de depreciação, tendo, desta forma, sido efetuado um ajustamento afetando a quantia escriturada.

Em consequência deste trabalho de avaliação dos bens, foram apuradas novas vidas úteis, tendo sido definidas depreciações em função do período remanescente, tendo por base uma vida útil de 50 anos para os edifícios, ou seja, a este último foi deduzido o estado de depreciação apurada pela avaliação. (ver nota 5)

**b) Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

Para o ano de 2021 a Mesa Administrativa entendeu ajustar as taxas de Depreciação, indo ao encontro da realidade da Instituição. Assim, foi considerado, que todos os bens teriam uma vida útil superior à que estava a ser considerada, tendo as mesmas sido deduzidas em 50% quando comparadas com o ano de 2020.

Este critério manteve – se no ano 2025.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;**

<u>Classe de Bens</u>	<u>Ano 2025</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Edifícios e Outras Construções para a Saúde	20
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

**3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da

Afirmamos



quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### **3.4 Ativos fixos intangíveis**

Os ativos intangíveis são amortizados tendo por base o método da linha reta, em função da vida útil estimada, desde que tenha vida útil finita.

### **3.5 Inventários**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

### **3.6 Ativos e passivos financeiros**

#### **a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros**

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### **b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

#### **c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

#### **d) Financiamentos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

### **3.7 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### **3.8 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

### **3.9 Principais pressupostos Relativos ao Futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – ESNL. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Alterações  
A. J. B.



### **3.10 Principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2026 relativos a 2025 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

### **3.11 Especialização de exercícios**

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

## **4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS**

No exercício findo em 31-12-2025 não se verificaram as seguintes situações:

- I. Aplicação inicial da NCRF;
- II. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espere que tenham efeito em períodos futuros;
- II. Erros materiais de períodos anteriores.
- III. No exercício de 2025, a Entidade alterou a política contabilística relativa ao reconhecimento das participações recebidas no âmbito de Acordos de Cooperação com entidades públicas, na sequência do esclarecimento constante da FAQ n.º 39 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística. Assim, as referidas participações passaram a ser reconhecidas como "Serviços Prestados" (conta 72), por se encontrarem associadas à prestação efetiva de serviços, em substituição do tratamento anteriormente adotado como "Subsídios à Exploração" (conta 75). Esta alteração traduz-se numa reclassificação de rubricas da demonstração dos resultados, sem impacto material no resultado líquido do período.

## 5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2025

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	104 127.60	16 424 919.22	2 060 998.27	335 703.83	641 730.58	36 346.34	7 341.40	19 611 167.24
Aquisições	0.00	0.00	5 652.49	55 834.39	4 950.40	499.21	144 449.72	211 386.21
Alienações	0.00	0.00	0.00	-19 153.83	0.00	0.00	0.00	-19 153.83
Doações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo final</b>	<b>104 127.60</b>	<b>16 424 919.22</b>	<b>2 066 650.76</b>	<b>372 384.39</b>	<b>646 680.98</b>	<b>36 845.55</b>	<b>151 791.12</b>	<b>19 803 399.62</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	2 371.97	6 370 575.58	2 051 683.18	323 830.91	653 832.67	31 876.53	0.00	9 434 170.84
Amortizações do exercício	0.00	288 042.41	25085.98	10782.34	5261.00	31.20	0.00	329 202.93
Perdas por imparidade do exercício	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Reversões de perdas por imparidade	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00	0.00	-19153.83	0.00	0.00	0.00	-19 153.83
Abates	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saldo final	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo final</b>	<b>2 371.97</b>	<b>6 658 617.99</b>	<b>2 076 769.16</b>	<b>315 459.42</b>	<b>659 093.67</b>	<b>31 907.73</b>	<b>0.00</b>	<b>9 744 219.94</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>101 755.63</b>	<b>9 766 301.23</b>	<b>-10 118.40</b>	<b>56 924.97</b>	<b>-12 412.69</b>	<b>4 937.82</b>	<b>151 791.12</b>	<b>10 059 179.68</b>

Ativos



2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	104 127.60	16 357 612.88	2 031 103.49	335 703.83	626 322.10	36 346.34	6 874.00	19 498 090.24
Aquisições	0.00	67 306.34	29 894.78	0.00	15 408.48	0.00	467.40	113 077.00
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Doações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo final</b>	<b>104 127.60</b>	<b>16 424 919.22</b>	<b>2 060 998.27</b>	<b>335 703.83</b>	<b>641 730.58</b>	<b>36 346.34</b>	<b>7 341.40</b>	<b>19 611 167.24</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	2 371.97	6 083 294.14	2 026 225.51	318 920.73	647 853.95	31 876.53	0.00	9 110 542.83
Amortizações do exercício	0.00	287 281.44	25457.67	4910.18	5978.72	0.00	0.00	323 628.01
Perdas por imparidade do exerc	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Reversões de perdas por impari	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saldo final	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Saldo final</b>	<b>2 371.97</b>	<b>6 370 575.68</b>	<b>2 051 683.18</b>	<b>323 830.91</b>	<b>653 832.67</b>	<b>31 876.53</b>	<b>0.00</b>	<b>9 434 170.84</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>101 755.63</b>	<b>10 054 343.64</b>	<b>9 315.09</b>	<b>11 872.92</b>	<b>-12 102.09</b>	<b>4 469.81</b>	<b>7 341.40</b>	<b>10 176 996.40</b>

As depreciações destes ativos foram calculadas segundo o método das quotas constantes, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2013, de acordo com a NCRF – ESNL, que para o efeito coincidem com as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O saldo dos Ativos Fixos Tangíveis em curso diz respeito à candidatura PRR-000033 – Requalificação do Cinderela no valor de 138.143,30€ e à Instalação de sistema de Incêndio nos três Lares, no valor de 13.647,82€.

Existência de quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que foram dados como garantia de passivos.

A normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo prevê o reconhecimento de ativo intangível associado a contratos de comodato em vigor. A 31-12-2025, estavam vigentes dois contratos de Comodato, conforme detalhe abaixo.

Local	Entidade Cedente	Data do Contrato	Duração
Centro Infantil Coxa Rua Padre António Vieira	Instituto da Segurança Social	14-01-1993	3 Anos Renováveis
Centro de Educação Especial Rua Vale D'Álvaro	Instituto da Segurança Social	01-09-2013	20 Anos Renováveis

	Contrato Comodato CEE	
	2025	2024
<b>Ativos</b>		
Saldo inicial	1 500 000.00	1 500 000.00
Aquisições	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00
Doações	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00
Saldo final	1 500 000.00	1 500 000.00
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>		
Saldo inicial	500 000.02	384 615.40
Amortizações do exercício	115 384.62	115 384.62
Perdas por imparidade do exercício	0.00	0.00
Reversões de perdas por imparidade	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00
Regularização	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00
Saldo final	615 384.64	500 000.02
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>884 615.36</b>	<b>999 999.98</b>

O saldo dos Ativos Intangíveis a 31-12-2025 de 884 615,36€ é referente ao contrato de comodato do Equipamento Centro de Educação Especial, nomeadamente das respostas sociais Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

O saldo inicial dos ativos intangíveis, conforme referido na ata nº 20 de 01/09/2020 da Mesa Administrativa, foi determinado tendo por base a atualização dos cash-flows gerados entre 01/09/2020 e 31/08/2023, atualizados à taxa de 4%.

Quanto à amortização, segue o método da linha reta a quotas constantes, por se entender ser aquele que melhor se adequa ao ativo em causa e melhor reflete os benefícios económicos consumidos pela Entidade.

Atenuando



## 6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
MP, Subsidiárias e de Consumo	84 636.06	0.00	84 636.06	78 569.17	0.00	78 569.17
<b>Saldo final</b>	<b>84 636.06</b>	<b>0.00</b>	<b>84 636.06</b>	<b>78 569.17</b>	<b>0.00</b>	<b>78 569.17</b>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025				2024			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0.00	78 569.17	0.00	78 569.17	0.00	77 623.89	0.00	77 623.89
Compras	0.00	865 457.25	0.00	865 457.25	0.00	901 492.45	0.00	901 492.45
Regularizações	0.00	2 776.43	0.00	2 776.43	0.00	8 030.77	0.00	8 030.77
Saldo final	0.00	84 636.06	0.00	84 636.06	0.00	78 569.17	0.00	78 569.17
<b>Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas</b>	<b>0.00</b>	<b>862 166.79</b>	<b>0.00</b>	<b>862 166.79</b>	<b>0.00</b>	<b>908 577.94</b>	<b>0.00</b>	<b>908 577.94</b>

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.

*Atenuando*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## 7 ACTIVOS FINANCEIROS

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades:</b>						
Caixa	3 136.92	0.00	3 136.92	2 878.13	0.00	2 878.13
Depósitos à Ordem	118 897.96	0.00	118 897.96	101 894.98	0.00	101 894.98
Outros Depósitos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	<b>122 034.88</b>	<b>0.00</b>	<b>122 034.88</b>	<b>104 773.11</b>	<b>0.00</b>	<b>104 773.11</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado:</b>						
Clientes, Utentes e Arrendatários	1 451 833.08	1 046 054.26	405 778.82	1 378 418.35	877 913.15	500 505.20
Adiantamento a Fornecedores	44 878.85	37 628.54	7 250.31	40 658.05	37 628.54	3 029.51
Irmãos	23 584.84	20 212.84	3 372.00	24 208.84	16 496.84	7 712.00
Outras Contas a Receber	1 430 366.65	0.00	1 430 366.65	841 432.64	0.00	841 432.64
	<b>2 950 663.42</b>	<b>1 103 895.64</b>	<b>1 846 767.78</b>	<b>2 284 717.88</b>	<b>932 038.53</b>	<b>1 352 679.35</b>
	<b>3 072 698.30</b>	<b>1 103 895.64</b>	<b>1 968 802.66</b>	<b>2 389 490.99</b>	<b>932 038.53</b>	<b>1 457 452.46</b>

Informou a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, antes da data de encerramento do Balanço e da Demonstração de Resultados, para se proceder ao registo de imparidades de dividas a receber, considerando para o efeito a sua antiguidade.

Foi considerado o valor total de 201 600,81€, com base nos anos de 2022 a 2024, respeitante ao saldo de utentes de ERPI's, Infância e CEE, no valor de 147 793,15€ , ao saldo de Utentes e Clientes Gerais da UCC no valor de 34 874,75€, Arrendatários no valor de 14 027,91€, Irmãos no valor de 4 905,00€ .

O saldo a receber de utentes, no valor de 125 170,88€ respeita a mensalidades e extras processados até 31.12.2025, decorrente de prestações de serviços efetuadas pela Instituição. Para além deste montante, o valor do ativo apresentado engloba saldos a receber de clientes (valor de 26 450,80 €) e arrendatários (valor de 4 500,00€), pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados e pelo arrendamento de imóveis da Instituição, respetivamente.

O saldo a receber de Clientes em Factoring da UCC é de 249 657,14€, diz respeito à ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde.

*(Handwritten signatures and initials)*



A Rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Devedores por Ac. Rendimentos	419 588.75	439 418.45
Outros Devedores	1 010 477.90	400 956.69
Pessoal	300.00	1 057.50
	<b>1 430 366.65</b>	<b>841 432.64</b>

A rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” é composta essencialmente por rendimentos UCCI no valor de 204 018,39€, Programa de Expansão do Pré-Escolar no valor de 164 267,25€ e pela prestação de serviços na Cantina Social com um valor de 2 853,18€. Também engloba os Acertos dos Acordos de Cooperação no valor de 48 449,93€, que só foram recebidos em janeiro de 2026.

A rubrica 'Outros Devedores' reflete os valores a receber de diversos projetos, destacando-se o POAPMC (37.381,64 €), e o IEFP (151.708,41 €), este último relativo a bolsas de estágios e às medidas CEI e MAREESS. Incluem-se ainda financiamentos do Portugal 2020 no valor de 727 975,10 €, que abrangem candidaturas ao PRR para a reestruturação do Centro Infantil Cinderela, a aquisição de duas viaturas elétricas, a requalificação de equipamentos sociais. Por fim, regista-se a verba de 68.018,73€ Fundo Rainha D. Leonor para as obras na igreja.

## 8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2025 e em 2024 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Gastos a Reconhecer	34 121.18	22 213.11
	<b>34 121.18</b>	<b>22 213.11</b>

A rubrica de “Gastos a Reconhecer” em 2025 é composta, essencialmente, por diferimentos de prémios de seguros e de outros gastos referentes a 2026 ou anos posteriores.

Atenuando  
[Handwritten signatures]

## 9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Rúbrica	Saldo em 01/01/2025	Aplicação RLE	Alteração valor subsídios aprovados	Correção	Reavaliação- Amortizações	Reconhecimento de Subsídios	Imputação subsídio ao Investimento	Amortização excedente Revalorização	Saldo em 31/12/2025
Fundo Social	1 569 642,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 569 642,64
Resultados Transitados	-6 531 266,87	-663 538,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280 499,73	-6 814 305,50
Ajustamento em Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Comodato CEE	999 999,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-115 384,62	884 615,36
Avaliação Imobiliária 30/12/2022	6 227 074,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-165 115,11	6 061 959,07
Subsídios ao Investimento	2 673 256,65	0,00	0,00	0,00	0,00	720 291,00	-84 713,89	0,00	3 308 833,76
Doações Particulares	69 820,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-559,95	0,00	69 260,75
Resultado líquido do exercício	-663 538,36								466 482,18
	<b>4 344 988,92</b>	<b>-663 538,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>720 291,00</b>	<b>-85 273,84</b>	<b>0,00</b>	<b>5 446 488,27</b>

### Fundos

A Instituição foi criada em 1518 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data, no valor de 1 569 642,64€.

### Resultados Transitados

A variação ocorrida em Resultados Transitados, resulta na aplicação do Resultado Líquido negativo do ano anterior, no montante de 663 538,36€, de acordo com a Ata da Assembleia Geral.

### Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 663 538,36€ foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

### Excedentes de Revalorização

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

Os resultados de exploração das duas valências que integram o equipamento Centro de Educação Especial, com referência ao ano 2019, pressupondo que os resultados dos próximos anos não irão diferir significativamente dos atuais.

Para atualização dos cash-flows foi utilizada a taxa de 4%.

Da conjugação destes elementos, apurou-se um valor a atribuir a este direito no valor de 1 500 000,00€.

Nesta rubrica temos ainda registados 6 227 074,18€ relativos à reavaliação dos ativos fixos tangíveis registados em 2022.

Anualmente, são transferidos desta rubrica para a rubrica de resultados transitados, o montante idêntico à amortização do exercício.

## 10 SUBSÍDIOS E APOIOS DO ESTADO, AUTARQUIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os subsídios recebidos do Estado, Autarquias e Outras Instituições reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 referem-se, a apoios concedidos no âmbito da Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados (UCCI), no valor de 2 058 820,71€, na remodelação e adaptação das instalações sanitárias dos ERPI'S Lar Santa Teresa D'Ávila, Lar Imaculada Conceição e Lar Santa Isabel no valor de 133 012,01€, na remodelação e reconversão da cozinha da Santa Casa da Misericórdia de Bragança no valor de 195 902,94€ , do PRR Restruturação do Centro Infantil Cinderela no valor de 127 525,00€ e na Remodelação na Lavandaria no valor de 476.287,00€.

Subsídio	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Imputações do Exercício	Saldo Final
<b>Subsídios relacionados com ativos:</b>					
UCC - Feder	1 576 463,03	0,00	0,00	-36 112,32	1 540 350,71
UCC – Município de Bragança - Obras UCC	246 510,00	0,00	0,00	-5 640,00	240 870,00
UCC – Projecto 06/2007-2014	40 060,00	0,00	0,00	-3 330,00	36 730,00
UCC – Projecto 06/2007-2015	82 170,00	0,00	0,00	-1 880,00	80 290,00
UCC – Projecto 06/2007-2016	82 170,00	0,00	0,00	-1 880,00	80 290,00
UCC – Projecto 06/2007-2017	82 170,00	0,00	0,00	-1 880,00	80 290,00
Subsídios PIDDAC/ValorN/CDSS	57 967,94	0,00	0,00	-6 681,05	51 286,89
Frota Solidária Montepio	0,00	55 834,39	0,00	-6 979,30	48 855,09
FSS Dp.249/SUB/FSS/MSESS/2015	16 019,42	0,00	0,00	-2 669,91	13 349,51
Norte-07-FEDER-000568	136 606,93	0,00	0,00	-3 594,92	133 012,01
Norte-07-FEDER-000413	206 844,33	0,00	0,00	-10 941,39	195 902,94
PRR-RE-C03-i01-000135	18 750,00	0,00	0,00	-3 125,00	15 625,00
PRR-RE-C03-i01-04-000033	127 525,00	0,00	0,00	0,00	127 525,00
PRR-RE-C03-i01-12-000039	0,00	40 000,00	0,00	0,00	40 000,00
PRR-RE-C03-i01-14-000117	0,00	25 000,00	0,00	0,00	25 000,00
Fundo Rainha D. Leonor - 2025	0,00	97 169,61	0,00	0,00	97 169,61
PRR-RE-C03-i01-16-000290	0,00	26 000,00	0,00	0,00	26 000,00
PRR-RE-C03-i01-15-000149	0,00	476 287,00	0,00	0,00	476 287,00
Lojas ME23/24 Porto	22 355,70	0,00	0,00	-259,95	22 095,75
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665,00	0,00	0,00	0,00	8 665,00
Dação Artigo4402-P	28 800,00	0,00	0,00	-300,00	28 500,00
Terreno Dação Artigo4402-P	10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00
	<b>2 743 077,35</b>	<b>720 291,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-85 273,84</b>	<b>3 378 094,51</b>

No ano 2025 a Mesa Administrativa manteve a mesma política de 2024 relativamente à redução em 50% das taxas de amortizações dos ativos fixos tangíveis a que estes subsídios foram atribuídos e mantiveram essa mesma redução respeitando os princípios elencados na NCRF – ESNL

## 11 PASSIVOS FINANCEIROS

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente (saldos credores)	1 664 494,73	1 971 452,64
Outros passivos financeiros		
Outros Passivos Correntes	2 238 283,93	2 126 113,79
	<b>3 902 778,66</b>	<b>4 097 566,43</b>

A rubrica "Fornecedores", apresenta uma redução importante na dívida corrente a fornecedores. Em 2024 era de 1.971.452,64€ e diminuiu para 1.664.494,73 € em 2025. Isto indica que a instituição conseguiu liquidar cerca de 300.000 € de dívida antiga a fornecedores.

### Outros Passivos Correntes

Em 2025 e em 2024 a rubrica "Outros Passivos Correntes" apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Passivo Corrente</b>		
Credores por Ac. Gastos	1 034 320,22	1 733 580,61
Outros Credores	1 123 921,62	371 928,95
Pessoal	80 042,09	20 604,23
	<b>2 238 283,93</b>	<b>2 126 113,79</b>

O montante relativo a "Outros Credores" decompõe-se da seguinte forma:

- Valor Global de 102 553,88€ a transferir para três Instituições, que são elas a S.C.M. de Vinhais, a Cáritas Diocesana de Bragança – Miranda e a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do POAPMC, Programa 2030 e Programa Pessoas 2030- Cartões Eletrónicos.
- É importante referir que em fevereiro de 2026 foi liquidado o montante de 18 421,01€.

Até 2026



- Não foram detetados os ordenantes de transferências bancárias no valor de 8 297,39€;
- O valor de 939 659,57€ refere-se às Notas de Debito da Segurança Social, dizem respeito ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da segurança Social.
- O valor de 24 639,93€ refere se a indemnizações de dois ex. colaboradores, que estão a ser liquidadas conforme acordo.
- O valor registado na rubrica 'Pessoal', no montante de 80 042,09 €, refere-se ao processamento de retroativos salariais. Deste valor, 53 773,37 € foram liquidados nos meses de janeiro e fevereiro de 2026, encontrando-se o remanescente de 26 268,72 € com pagamento previsto até 31 de março de 2026.

**O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações a liquidar	928 643,58	905 721,50
Outros gastos a pagar	105 676,64	827 859,11
	<u>1 034 320,22</u>	<u>1 733 580,61</u>

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2026, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2025.

O montante de "Outros Gastos a Pagar" inclui gastos relativos a 2025 cujos documentos de suporte estão datados com o ano de 2026.

## Financiamentos Obtidos

	2025	2024
<b>Não Corrente</b>		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	0,00	0,00
Empréstimos EuroBic	1 614 221,99	1 752 585,16
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	0,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	310 329,70	362 572,03
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	310 329,70	362 572,03
Santader 95096	83 333,37	149 999,88
	<b>2 318 214,76</b>	<b>2 627 729,10</b>
<b>Corrente</b>		
Fundo Reestruturação. S.Solidario	0,00	122 466,63
Empréstimos EuroBic	132 492,75	117 351,62
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	170 000,00	200 000,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	52 014,67	48 500,27
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	52 014,67	48 500,27
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Santader 95096	66 666,60	66 666,72
Cartão Crédito	35,00	30,00
Factoring	101 499,95	194 647,58
	<b>574 723,64</b>	<b>798 163,09</b>
	<b>2 892 938,40</b>	<b>3 425 892,19</b>

No exercício de 2024, a Instituição celebrou um Contrato de Factoring com o banco Montepio Geral, com o objetivo de otimizar a gestão de tesouraria. Esta operação financeira baseia-se na cedência de créditos de curto prazo — especificamente faturas emitidas à ACSS pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados — permitindo a antecipação de liquidez imediata. Esta estratégia de financiamento manteve-se ativa durante o ano de 2025.

## 12 DIFERIMENTOS PASSIVOS

No final dos exercícios de 2025 e 2024 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos a Reconhecer	113 879,86	145 446,78
	<b>113 879,86</b>	<b>145 446,78</b>

O saldo apresentado nesta rubrica tem por base os subsídios a imputar em exercícios futuros (IEFP- 48 755,41€).

Esta rubrica contempla também, as candidaturas, Programa Erasmus (3 052,34€), Programa Pessoas (46 640,38€) e Programa Pessoas- Cartões Eletrónicos (15 431,73€) cujos rendimentos serão imputados em anos seguintes, a par das despesas associadas.

## 13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2025 e em 2024 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	45 596,04	0,00	32 510,31
Créditos I.G.F.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
VA- Reembolsos pedidos	6 723,15	0,00	18 416,65	0,00
Contribuições para a Segurança Social /CGA	0,00	673 973,83	0,00	741 878,29
Plano Prestacional a Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>6 723,15</b>	<b>719 569,87</b>	<b>18 416,65</b>	<b>774 388,60</b>

A rubrica de Contribuições para a Segurança Social/CGA inclui, para além dos encargos referentes a dezembro de 2025, os planos prestacionais que estão em vigor, a saber:

- Plano n.º 5924/2023, início em setembro de 2023, autorizadas 36 prestações, no valor de 8 000,83€/mês;
- Plano n.º 9313/2024, início em novembro de 2024, autorizadas 24 prestações, no valor de 9 613,€/mês;
- Plano n.º 9626/2025, início em dezembro de 2025, autorizado em 24 prestações no valor de 10 004,13€/mês.

Todas as prestações são acrescidas de juros e custas.

Atenuando

14 RÉDITO

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prestação de Serviços		
Utentes	2 376 723,81	2 258 056,79
Quotizações e Joias	7 233,00	4 335,00
Serv. Prestados - Entidades Publicas	7 135 005,92	0,00
Outros	127 233,03	130 516,66
	<u><u>9 646 195,76</u></u>	<u><u>2 392 908,45</u></u>

Esta rubrica reflete, as mensalidades processadas e faturadas aos utentes pelos serviços prestados nas diversas valências da SCMB (comparticipações familiares).

A rubrica "Serviços Prestados – Entidades Publicas", refere-se aos valores recebidos no âmbito dos Acordos de Cooperação. É importante notar que, por determinação e exigência da Segurança Social, estes montantes passaram a ser contabilizados nesta rubrica específica. Em exercícios anteriores, estes valores eram registados na rubrica de "Subsídios à Exploração"

A rubrica "Outros" engloba, as receitas do bar, as rendas, fétretos e serviço de apoio à realização de análises clínicas.

Alfonso



## 15 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios à Exploração	2025	2024
	Entidades Concedentes	Total	Total
1	Instituto da Segurança Social	0.00	4 590 379.36
2	Projeto Domus Vitae	6 328.33	22 774.63
3	IEFP	18 683.94	12 268.77
4	IFAP	4 932.03	5 261.95
5	Programa Erasmus	9 912.89	18 434.77
6	Doações em Espécie	3 646.05	5 266.68
7	Donativos Monetários	8 840.37	9 928.86
8	Esmolas	1 910.00	2 470.00
9	Administ.Reg. de Saúde do Norte	0.00	1 380 423.34
10	Centro. Distr. da Seg. Soc.de Brag.	0.00	450 799.78
	<b>Total</b>	<b>54 253.61</b>	<b>6 498 008.14</b>

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas no âmbito de projetos. Como já referido na Nota 14 – Rédito, os valores dos Acordos de Cooperação deixaram de ser registados nesta rúbrica e passaram a ser contabilizados na rubrica “Prestação de Serviços”.

## 16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhos especializados	52 508,25	73 285,19
Publicidade e propaganda	1 383,75	4 651,23
Honorários	140 676,35	137 900,70
Conservação e reparação	36 347,17	35 392,08
Serviços Bancários	11 139,13	5 412,41
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 485,98	2 906,37
Livros e documentação técnica	8 087,01	148,47
Material de escritório	33,60	167,36
Artigos para oferta	1 003,70	794,83
Material Didático	1 501,65	0,00
Outros (aparelhos para camas)	5 127,27	0,00
Electricidade	88 514,81	86 435,35
Combustíveis (Gasole/Gasolina)	17 031,92	23 568,76
Combustíveis (Gás)	253 303,39	243 595,59
Água	46 013,66	43 438,33
Deslocações e estadas	2 836,63	11 924,54
Rendas e alugueres	161 063,78	222 082,90
Comunicação	18 946,91	18 293,72
Seguros	17 710,17	23 364,15
Contencioso e notariado	2 811,05	4 499,58
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	6 870,02	4 701,25
Custos Medicação/outros	40 143,65	48 262,82
Outros	3 790,40	1 519,21
	<b>918 330,26</b>	<b>992 344,84</b>

O aumento na rubrica '**Combustíveis (Gás)**' deve-se, essencialmente, à subida de preços e ao funcionamento regular das valências da Instituição. O facto de as ERPI estarem com ocupação completa durante todo o ano teve um impacto direto nestes custos.

Por outro lado, a rubrica '**Combustíveis (Gasóleo)**' registou uma diminuição de cerca de 6.500,00€ face ao ano anterior. Esta redução justifica-se pela transição para a utilização de carrinhas elétricas.

O aumento da rubrica "Livros e Documentação Técnica", é referente ao certificado energético da Unidade de Cuidados Continuados.

A redução na rubrica 'Rendas e Alugueres' justifica-se pelo ajuste do valor estimado face ao valor efetivo da despesa. Após a notificação da Segurança Social em outubro de 2025, relativa ao período de junho de 2021 a setembro de 2025, procedeu-se à regularização do montante que havia sido estimado em excesso.

## 17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é detalhada conforme se segue:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	5 192 752,23	5 295 909,72
Indemnizações	37 466,34	50 374,73
Encargos sobre remunerações	1 142 481,13	1 168 216,88
Seguros de ac. trabalho	46 706,04	50 611,28
Outros Gastos	355 135,93	307 302,53
	<b>6 774 541,67</b>	<b>6 872 415,14</b>

Os grandes valores da rubrica "Outros Gastos" incluem o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2025 no valor de 329 596,93€, temos também o registo de Medicina no Trabalho no valor de 7 455,00€ e Formação Profissional no valor de 15 183,00€.

A redução existente entre o ano 2025 e 2024 nos custos com pessoal, é justificada pela saída de colaboradores no âmbito de quatro processos de despedimentos, onze colaboradores reformados com mais de 20 anos de serviço e foram substituídos por dez colaboradores (sem diuturnidades). Houve sete colaboradores que se despediram por iniciativa própria e não foram substituídos por contratação externa. A Mesa Administrativa fez uma reorganização dos serviços.

Na rubrica "Indemnizações" está incluído o montante de 37 466,34€, referente a pagamentos de diferenças salariais a Educadoras 12 000,00€ e custos com rescisões de contratos 25 466,34€.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2025 e 2024 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2025)	Nº Funcionários (média 2024)
Todas as respostas sociais	337	350

## 18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Desconto Pronto Pagamento	5 225,54	4 490,90
Ganhos em inventários	85,91	5 000,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	36 905,34	2 998,32
Outros	104 187,39	118 244,50
	<u><u>146 404,18</u></u>	<u><u>130 734,20</u></u>

Em comparação com o exercício anterior, regista-se um acréscimo na rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”. Esta variação deve-se à alienação de duas viaturas — um jipe Land Rover e uma ambulância Fiat — pelo valor total de 21 500,00€.

O saldo da rubrica “Outros” inclui essencialmente o valor relativo à imputação do subsídio ao investimento (detalhe nota 10) no valor de 85 273,84€.

## 19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	1 767,10	1 007,08
Outros	26 158,52	27 614,19
	<u><u>27 925,62</u></u>	<u><u>28 621,27</u></u>

O saldo da rubrica “Impostos” é referente a taxa da Entidade Reguladora da Saúde que a instituição tem de ter devido a UCCI.

O saldo da rubrica “Outros” inclui o valor relativo a quotizações da União das Misericórdias Portuguesas. Este valor inclui “Correções relativas a períodos anteriores” no valor de 22 046,02€.

Até mandos



## 20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

	2025	2024
Juros de financiamentos obtidos	138 791,46	202 481,28
Comissões Rel. Financiamentos	752,76	360,82
Juros Mora e Compensatórios	44 477,24	50 913,08
Outros Juros	0,00	774,73
	<b>184 021,46</b>	<b>254 529,91</b>

O saldo desta rubrica reflete, na sua maioria, os juros suportados com empréstimos bancários, no valor de 138 791,46€. No detalhe das rubricas, os "Juros de Financiamento Obtidos" dizem respeito aos encargos diretos com empréstimos, enquanto os "Juros de mora e compensatórios" agregam os valores associados aos planos prestacionais celebrados com a Segurança Social e com os planos prestacionais dos fornecedores.

As taxas de juros aplicadas aos financiamentos, são as que constam no quadro seguinte:

Empréstimos	Taxa de Juros 2025
Empréstimos EuroBic	4.122%
C/Caucionada EuroBic n°83352332.40.001	3.000%
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	4.137%
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	4.137%
Santader 95096	4.270%
Factoring	1.650%

## 21 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão nesta data.

Relativamente aos passivos contingentes, importa esclarecer que o montante aproximado de 290 000,00 € reporta-se a processos judiciais em curso movidos por ex-funcionários, que alegam diferenças salariais de exercícios anteriores, e ao fornecedor "Laboratório de Controlo e Qualidade Alimentar, Lda".

De acordo com as normas contabilísticas, estes valores são apenas objeto de divulgação em notas, e não de registo como dívida efetiva, uma vez que a Mesa Administrativa, após análise jurídica, considera improvável que a Instituição venha a ser condenada ao pagamento. Contudo, por dependerem de decisões de tribunais externos, mantemos este relato por uma questão de prudência e transparência institucional.



Não existem dívidas em mora ao Estado, nos termos do DL 534/80 de 7/11. Existem acordos de pagamento com a Segurança Social relativamente a dívidas antigas, os quais estão a ser cumpridos.

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das operações, para além das operações normais de financiamento.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, entendendo que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

No que toca a questões ambientais, é convicção da Instituição estarem a ser cumpridos os normativos aplicáveis às atividades desenvolvidas, não sendo expectável a existência de eventuais responsabilidades associadas.

## 22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Bragança, 09 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

  
\_\_\_\_\_

A Mesa Administrativa

